

Capítulo V

O internalismo de Chomsky

É com razão que Noam Chomsky merece um capítulo inteiro neste trabalho. Ninguém fez uma defesa tão vigorosa e abrangente do internalismo como ele. Para ele, o internalismo não é apenas uma opção para quem procura entender a linguagem, ele é o único enfoque sob o qual uma ciência da linguagem pode ser desenvolvida.

Toda ciência natural busca descobrir relações causais entre os fenômenos que ela estuda. Para Chomsky, não há razão para a ciência da linguagem ser diferente. Para explicar os fenômenos linguísticos, é preciso buscar suas causas. Acontece que, na opinião de Chomsky, a causa do fenômeno da linguagem está na mente humana, assim como está na mente a causa dos fenômenos ópticos, auditivos e cognitivos em geral. Em vista disso, é necessário que a investigação acerca da linguagem se estenda para incluir o estudo de certas faculdades cognitivas humanas. Com efeito, segundo Chomsky, a ciência da linguagem deve tratar de certos estados cerebrais dos indivíduos, especificamente, dos estados que ele chama de “estados linguísticos”. Ele afirma que tal ciência “procura desenterrar a natureza e as propriedades de tais estados, seu desenvolvimento e variedade, e sua base na herança biológica inata” (CHOMSKY, 2000: 2). E, além disso, de acordo com ele:

Ela tem a ver não apenas com a natureza e o desenvolvimento de estados linguísticos, mas também com os modos em que eles entram no uso da linguagem. Inclusas em princípio, às vezes em fato, são as relações desses estados com o meio externo (produção e percepção), e seu papel no pensar e no falar sobre o mundo e em outras ações e interações humanas (Idem, ibidem).

Essa caracterização que Chomsky dá da ciência da linguagem permanece em grande parte incompatível com a visão dominante entre os filósofos da linguagem, a saber, a visão externalista. Pelo menos no que tange à questão de como os significados das palavras são determinados, há uma discordância evidente. Como sabemos, de acordo com a visão externalista, a origem do significado das palavras não deve ser buscada na mente dos falantes.

Como Putnam afirma, significados não estão na cabeça das pessoas, mas “são determinados externamente por dois tipos de fatores: feições do mundo real, e normas de comunidades” (Idem, *Ibidem*: 148). Chomsky não vê as coisas dessa forma e argumenta contra esse ponto de vista.

Neste capítulo, vou apresentar os argumentos que Chomsky oferece a favor do seu internalismo e contra o externalismo que caracteriza a maior parte da filosofia da linguagem de tradição analítica. Dessa forma, será possível, ao mesmo tempo, esclarecer a concepção chomskyana de *linguagem* e sua conexão com a concepção cognitivista de *mente*. Evitarei mencionar os pormenores técnicos das teorias linguísticas de Chomsky. Vou me concentrar nos argumentos que ele endereça mais diretamente aos filósofos. Examinarei basicamente os argumentos que ele apresenta no seu livro *New Horizons In The Study Of Language And Mind* (doravante referido abreviadamente como *New Horizons*), de 2000, livro que concentra suas principais e mais contundentes críticas ao tratamento que os filósofos externalistas dão à linguagem.

Não desejo subscrever todas as teses chomskyanas que doravante vou apresentar, nem preciso de todas elas para fundamentar a proposta que apresentarei no próximo capítulo. Para esse propósito, interessa-me especialmente sua análise internalista de nosso uso da linguagem. Com efeito, para mim, é imprescindível a ideia de que o uso da linguagem pressupõe a operação de um sistema interno de computação e representação. Por outro lado, a questão da origem da linguagem, embora seja uma questão central no pensamento de Chomsky, e seja em si mesma uma questão interessantíssima, não terá implicações relevantes sobre a minha tese. Feitas essas ressalvas, passo agora à exposição das ideias chomskyanas.

Um fato foi essencial para que Chomsky adotasse uma perspectiva internalista sobre a linguagem, o fato de que nós aprendemos a nossa primeira língua sem que ninguém nos ensine. Uma explicação que se dava a esse fato era a de que, embora os bebês não tenham aulas para aprender sua primeira língua, eles observam como as pessoas se comunicam e aprendem por imitação e condicionamento. Chomsky notou que essa explicação era muito simplista. Para ele, os bebês já nascem com um tipo de teoria de linguagem e aprendem sua língua mãe testando essa teoria. O fato de crianças de todos os lugares do mundo

cometerem os mesmos tipos de erro quando estão aprendendo a falar seria uma evidência disso. O fato de elas aprenderem a estrutura básica de suas línguas aproximadamente no mesmo espaço de tempo também seria uma indicação. A evidência principal, porém, é o fato de que uma língua natural é uma estrutura extremamente complexa. O estímulo linguístico que nós recebemos é muito pobre para explicar a exuberância da linguagem que nós apresentamos em poucos anos de vida. É preciso postular que a estrutura básica da linguagem é parte de nosso sistema cognitivo. Se não fosse pelo fato de possuímos uma gramática embutida em nossas mentes, aprender uma língua seria uma tarefa absurdamente difícil ou mesmo impossível. Ancorado nessas evidências, Chomsky enuncia sua tese áurea: a estrutura básica da linguagem é inata.

Ao mesmo tempo em que essa é uma tese sobre a linguagem, ela é também uma tese sobre a mente. Dizer que a estrutura básica da linguagem é inata implica em dizer que ela é um tipo de sistema que já se encontra instalado na criança quando ela nasce. Essa ideia reflete a crença de que a mente do recém-nascido não é uma folha em branco, pelo contrário, é uma estrutura composta de sistemas de computação especializados. É uma estrutura abstrata que manipula informações e controla processos através de regras previamente determinadas. O sistema responsável pela linguagem é apenas um entre muitos outros.

Dessa forma, vê-se que a concepção chomskyana de mente é a concepção computacional dos cognitivistas. A mente é um sistema e, portanto, possui estados. Para Chomsky, esses estados são coisas como proposições, crenças, dúvidas, pensamentos etc. Nesse sentido, ele concorda que é impossível falar da mente sem uma terminologia mentalista, e que o discurso reducionista dos behavioristas é totalmente inadequado para descrever as peças centrais do quebra-cabeça da mente. A mente deve ser analisada em termos de seus estados e algoritmos e não com base nas ações e comportamentos que esses estados e algoritmos podem causar. Em outras palavras, a mente deve ser vista de uma perspectiva internalista e não de uma perspectiva behaviorista.

Chomsky combateu a abordagem behaviorista da linguagem e da mente desde os seus primeiros trabalhos. Em 1959, ele publicou uma crítica do livro *Verbal Behavior*, de B. F. Skinner. Nesse livro, o principal representante da psicologia behaviorista da época tentava explicar o fenômeno da linguagem através de noções como estímulo, reforço, privação etc, noções usadas para

caracterizar o aprendizado da linguagem como um tipo de treinamento baseado em recompensas e punições. A publicação do *review* de Chomsky contribuiu de forma decisiva para a derrocada desse tipo de abordagem e para o avanço da revolução cognitiva.

Mas as críticas chomskyanas ao estudo behaviorista da linguagem não pararam por aí. Elas reaparecem em grande parte dos livros de Chomsky. Em *Language and Mind*, de 1968, por exemplo, ele diz o seguinte:

Nenhuma pessoa sã duvida que o comportamento oferece grande parte da evidência para este estudo [da linguagem]... Mas o termo “ciência do comportamento” sugere uma mudança de ênfase não tão sutil em direção à evidência em si, e na direção contrária dos princípios subjacentes mais profundos e das estruturas mentais abstratas que podem ser iluminadas por essa evidência de comportamento (CHOMSKY, 1968: 58).

Vê-se assim que, para Chomsky, o grande problema do behaviorismo é permanecer em um nível superficial de análise. O psicólogo behaviorista tem licença para investigar o comportamento, mas não os mecanismos internos do indivíduo que provocam o seu comportamento. Esse tipo de análise é incompatível com a hipótese inatista da linguagem. Quando Chomsky diz que a linguagem é inata, ele não está dizendo que o comportamento de alguém que usa a linguagem é inato, ele está dizendo que o conhecimento da estrutura básica da linguagem é inato. Ele está afirmando que a mente tem “um sistema abstrato subjacente ao comportamento, um sistema constituído por regras que interagem para determinar a forma e o significado intrínseco de um número de sentenças potencialmente infinito” (CHOMSKY, 1968, 62).

Além de se opor ao ponto de vista dos behavioristas, Chomsky também trata de desmistificar certos problemas filosóficos que podem ser vistos como desafios para o cognitivista, o qual pretende estudar o mental em seus aspectos abstratos. Esse é o caso, por exemplo, do problema mente-corpo. Considerar a mente em seu aspecto abstrato, ou seja, como algo que não se reduz aos eventos cerebrais e comportamentais, pode ser visto como equiparável a postular que a mente é algo não-físico. Com isso, a relação entre corpo e mente seria a relação entre algo físico e algo não-físico, seria uma relação problemática que o cognitivista teria que explicar antes de qualquer coisa.

Como vimos no capítulo anterior, o problema mente-corpo tem desafiado os melhores pensadores de Descartes até hoje e a grande dificuldade é encontrar leis causais conectando a mente e o cérebro. Essa dificuldade levou Locke a sugerir que Deus simplesmente escolheu anexar à matéria uma faculdade de pensar, assim como Ele escolheu também lhe anexar outras propriedades, como as gravitacionais, por exemplo. É assim que as coisas são, ainda que não possamos explicar porque elas são assim.

Em *New Horizons*, Chomsky faz várias considerações sobre o problema mente-corpo. A nota dominante dessas considerações é de que o problema não tem uma formulação precisa e, em razão disso, não pode representar um problema real para a pesquisa naturalista sobre a linguagem e a mente.

O problema seria impreciso porque não temos uma noção bem definida de *corpo*, ou, pior ainda, não temos uma noção bem definida de *físico*. Se não sabemos o que é o físico, então tampouco sabemos o que é o não-físico. Não seria, portanto, claro o que se quer dizer quando se afirma que o mental é não-físico.

Isso era claro no início da filosofia mecânica cartesiana. A distinção entre substância material e substância espiritual estava bem marcada. Substância material era tudo o que tinha extensão, substância espiritual era qualquer substância não material. Esse tempo de noções bem definidas, porém, durou pouco. Logo, Newton complicou tudo com a ideia da gravidade. A gravidade não se encaixava na definição cartesiana de matéria. Ela parecia mais com as qualidades ocultas da física aristotélica. Isso fez com que muitos cientistas que haviam aderido à nova filosofia mecânica denunciassem a teoria newtoniana como um retrocesso, como uma “traição contra a boa causa da ciência natural” (CHOMSKY, 2000: 108).

Não obstante, dado o seu poder explanatório, a teoria de Newton foi pouco a pouco recebendo o reconhecimento da comunidade científica e, dessa forma, a física acabou tendo que aceitar a gravidade em seus domínios. A partir de então, a coisa física não correspondia mais ao que Descartes chamou de *res extensa*, e, conseqüentemente, a distinção entre o físico e o mental havia se esfumado. Sem essa distinção, o problema mente-corpo já não podia ser formulado. Na opinião de Chomsky, até hoje estamos órfãos de uma formulação precisa do problema. Destarte, não há sentido em propô-lo. Pode-se mesmo dizer

que, para Chomsky, não há nenhum problema mente-corpo. Quem insiste em confrontar àqueles que admitem a existência de estados mentais com esse problema não está propondo uma questão que possa ser respondida.

Na opinião de Chomsky, o fato da questão ser proposta é sinal de que há um certo tipo de dualismo disfarçado na raiz do pensamento dos filósofos contemporâneos. Chomsky o chama de “dualismo metodológico”. Esse dualismo seria caracterizado pela crença de que o mental constitui um domínio substancialmente diverso do mundo físico e, portanto, não pode ser objeto de investigação científica. Chomsky considera essa crença como injustificada e preconceituosa, pois discrimina unicamente o mental. É como se grande parte dos filósofos sentisse uma espécie peculiar de mal-estar quando alguém menciona coisas como estados mentais e representações internas. *Per contra*, nada semelhante é sentido quando se fala, por exemplo, de campos de força, espaço curvo, espaço n-dimensional etc. Um filósofo não costuma questionar tais entidades. Contra entidades mentais, todavia, não faltam objeções. Na visão de Chomsky, é esse preconceito antipsicologista que faz com que muitos filósofos ignorem a deficiência da formulação do problema mente-corpo para continuar propondo-o como desafio aos que analisam a mente no nível do abstrato.

Mesmo que o problema mente-corpo em si não seja um problema real para as teorias de Chomsky, ele remete a uma questão bem real. A questão é a seguinte: a mente faz parte das coisas que podem ser estudadas pela ciência natural? Chomsky pensa que sim. Para ele, é possível uma investigação naturalista da mente. De fato, essa seria a única forma de estudar a mente. É preciso, contudo, diferenciar o naturalismo de Chomsky, que ele denomina de “naturalismo metodológico”, do naturalismo filosófico.

Para esclarecer essa diferença, Chomsky se baseia na exposição que T. R. Baldwin fez a respeito do naturalismo filosófico em seu artigo *Two Types of Naturalism*, de 1993. Chomsky aponta que:

Baldwin acha “dois tipos de naturalismo em atividade na filosofia atual”, os quais ele chama de *metafísico* e *epistêmico*. O primeiro é o que “Dennett tem em mente quando ele celebra a ‘naturalização’ da filosofia”: o pensamento de que, como Dennett coloca, “as explicações filosóficas de nossas mentes, nosso conhecimento, nossa linguagem, devem no final ser contínuas e harmoniosas com as ciências naturais” [...] O naturalismo epistêmico contemporâneo deriva da “epistemologia naturalizada” de Willard Quine,

que estipula que o estudo do conhecimento e da crença deve ser incorporado a uma área estrita da psicologia behaviorista de nenhum interesse científico conhecido (Chomsky, 2000: 79-80).

Chomsky faz críticas a esses dois tipos de naturalismo. Primeiro ao epistêmico, depois ao metafísico.

O naturalismo epistêmico consiste basicamente numa defesa da abordagem behaviorista do conhecimento. Nesse sentido, ele se distingue diametralmente do naturalismo metodológico chomskyano. Para Chomsky, é incontestável que o conhecimento individual é um estado da mente e deve ser estudado como tal. Quando se diz que João sabe português, por exemplo, a afirmação enfoca um estado cognitivo de João. Chomsky diz que a pesquisa naturalista que ele defende quer saber como o cérebro de João alcança esse estado, quais as causas naturais desse fenômeno. Dessa forma, apesar de começar com um objeto abstrato, a pesquisa naturalista chomskyana se estende para examinar objetos concretos e, assim, se entrelaça com outros ramos da pesquisa empírica, tais como a biologia e a neurociência. Segundo ele, “A investigação dessa matéria [estados cognitivos] leva a hipóteses empíricas sobre herança biológica, interações com o ambiente, a natureza dos estados alcançados, e suas interações com outros sistemas da mente” (CHOMSKY, 2000: 81). Segundo Chomsky, é somente dessa forma que a investigação sobre a mente e o conhecimento pode avançar. Efetivamente, é assim que ela tem avançado. Em contrapartida, a análise behaviorista, sempre permaneceu limitada à evidência externa, e por isso, na opinião de Chomsky, nunca conseguiu avançar muito na explicação de como obtemos conhecimento.

O naturalismo metafísico é mais problemático do que o epistêmico. Para que ele seja bem compreendido, é preciso que se tenha uma ideia do que a ciência natural é e do que significa o requerimento de que as explicações filosóficas sobre a mente devem ser contínuas e harmoniosas com ela. Significa que essas explicações devem ser contínuas e harmoniosas com a ciência de hoje, ou com algum ideal peirceano do que a ciência será no limite? Chomsky observa que talvez a física de amanhã venha a incorporar as explicações que se dão hoje para a mente, mesmo que essas explicações não sejam contínuas e harmoniosas com a física de hoje. Ele faz notar que se alguém no século XVII fizesse a exigência de que toda explicação do movimento celeste devia ser contínua e

harmoniosa com a filosofia mecânica de Descartes, a física newtoniana nunca teria sido aceita. E esse é apenas um de muitos exemplos possíveis.

O que parece é que os filósofos que professam o naturalismo metafísico supõem que a ciência tem procedimentos explanatórios fixos, ou pelo menos supõem que ela chegou a um momento em que esses procedimentos se encontram consolidados. Para que algo tenha uma explicação científica é preciso que seja explicado de acordo com tais procedimentos. Assim deveria ser também com a mente. Para que ela tivesse uma explicação científica, essa explicação deveria ser de um certo tipo particular. Deveria ser especificamente uma explicação acerca dos aspectos comprovadamente físicos dos nossos sistemas cognitivos.

Chomsky demonstra, porém, que o que acontece com frequência é que a ciência tem que mudar seus métodos e procedimentos para explicar fenômenos que não podiam ser explicados com base nos métodos e procedimentos antigos. Em outras palavras, os grandes problemas da ciência não são resolvidos por redução, mas por uma expansão da própria ciência. Foi isso que aconteceu quando o problema do movimento dos planetas foi resolvido. Foi assim com a explicação da eletricidade, do magnetismo etc. Segundo Chomsky, “em cada um desses casos, a unificação foi alcançada e o problema resolvido não por redução, mas por formas bem diferentes de acomodação” (CHOMSKY, 2000: 145). Não é, portanto, descabido acreditar que as explicações sobre a mente terão um destino semelhante. Segundo Chomsky, a integração de nossas teorias do mental com nossas teorias do cérebro não tem de tomar a forma de uma redução. É principalmente nesse aspecto que o naturalismo metodológico se distingue do naturalismo metafísico. Enquanto este é reducionista, aquele assenta sobre a premissa de que a ciência natural pode expandir seus métodos e procedimentos para explicar os vários aspectos do mundo, inclusive os aspectos mentais. O *approach* naturalista chomskyano busca estudar a mente construindo teorias explanatórias inteligíveis, com esperança de uma integração eventual com o cerne das ciências naturais.

Essas teorias atribuem à mente propriedades computacionais de uma espécie que é bem conhecida. Fazendo isso, elas explicam vários fenômenos humanos, inclusive a linguagem. Elas enfocam a mente abertamente como algo abstrato, e isso não prejudica seu potencial explicativo em nada. Pelo contrário,

Chomsky afirma que elas são as teorias da mente mais bem fundamentadas e que elas ajudam inclusive a dar significado a muitos fenômenos estudados pela neurociência. Por exemplo, o estudo das funções das diferentes regiões do cérebro só tem sentido em face de teorias que levantam hipóteses sobre os algoritmos que a mente/cérebro implementa para realizar essas funções.

De qualquer forma, mesmo que, em alguma medida, as teorias chomskyanas da mente tenham sucesso em relacionar os níveis abstrato e concreto do cérebro, elas não dizem nada sobre as leis causais que conectam os dois níveis. Na opinião de Chomsky, nesse quesito ainda não apareceu nenhuma boa explicação. Nenhuma que possa ser considerada uma alternativa à sugestão de Locke. Chomsky até chega a admitir que algumas questões sobre a natureza da mente talvez permaneçam para sempre fora do escopo da ciência. Talvez esse seja o caso das questões do livre-arbítrio e da consciência. Se esse for o caso, não seria nada de extraordinário. É natural que nossas faculdades intelectuais tenham seus limites. A nossa faculdade de fazer ciência também. As questões que estão dentro desses limites, para as quais podem se encontrar respostas dentro da pesquisa naturalista, pertencem à classe dos problemas. As questões que estão fora desses limites pertencem à classe dos mistérios. Se algumas questões sobre a mente pertencem à classe dos mistérios, elas permanecerão misteriosas para nós exatamente como números primos serão sempre um mistério para os ratos e o teorema de Pitágoras será sempre um mistério para as galinhas. Essa é a opinião de Chomsky.

Todas essas ideias chomskyanas influenciaram e continuam influenciando fortemente a investigação acerca da mente e do cérebro. Não é à toa que Chomsky é considerado uma das figuras cardeais da revolução cognitivista. Com base na sua abordagem internalista da mente, ele conseguiu finalmente elaborar hipóteses convincentes para tentar solucionar um dos problemas que, como Lashley já havia demonstrado, não poderia nunca ser resolvido pela psicologia behaviorista, a saber, o problema da aprendizagem da linguagem. É sua visão sobre a arquitetura da mente que torna possível sua visão sobre a linguagem. Isso se tornará mais evidente nos parágrafos subsequentes, nos quais vou examinar mais de perto alguns aspectos da visão chomskyana sobre a linguagem. Nesse exame, o que mais importa é que fique claro em que medida a visão

internalista de Chomsky sobre a linguagem se distingue da visão advogada pelos filósofos da linguagem de orientação externalista.

Como vimos, Chomsky tem a concepção cognitivista de que a mente é uma estrutura abstrata composta de sistemas de computação e representação. Há sistemas responsáveis pela visão, pelas ações motoras, pela fala e assim por diante. Uma das principais teses chomskianas é que, entre esses sistemas, existe também um sistema responsável pela linguagem. Chomsky chama esse sistema de “faculdade da linguagem”. A faculdade da linguagem deve executar e gerenciar tarefas múltiplas tais como articulação e interpretação de fonemas, representação de feições semânticas, aplicação de regras de formação de expressões complexas etc. O fato de que nós humanos nascemos equipados com esse sistema é o que explica nossa capacidade de aprender e dominar uma língua. Em outras palavras, é isso que explica nossa competência linguística.

Quando Chomsky afirma que a linguagem é inata, ele está falando da estrutura básica de regras e procedimentos que nos é fornecida pela faculdade de linguagem. Ele vê a faculdade de linguagem como um programa e essa estrutura como o estado inicial do programa. À medida que recebe estímulos externos, a faculdade da linguagem vai se modificando e gerando a linguagem da criança, do adolescente ou do adulto. Dessa forma, pode-se dizer que qualquer linguagem é o resultado de dois fatores: o estado inicial determinado geneticamente e o curso da experiência. De acordo com a explicação de Chomsky, “pode-se pensar no estado inicial como um ‘dispositivo de aquisição de linguagem’ que toma a experiência como ‘input’ e dá a linguagem como um ‘output’” (CHOMSKY, 2000: 4). Nesse sentido, a linguagem não é adquirida, ela apenas se nutre de estímulos externos para poder crescer e amadurecer de acordo com uma predisposição natural do ser humano. É essa predisposição que torna possível que humanos tenham linguagem, mas não aranhas, ou pedras. Segundo Chomsky, “sem estrutura inata não há nenhum efeito do ambiente externo no crescimento da linguagem (ou de qualquer outra coisa)” (Idem, ibidem: 60).

É preciso observar que a tese de que existe uma faculdade da linguagem é revolucionária em muitos sentidos. Em primeiro lugar, ela pressupõe que a competência linguística humana não pode ser explicada simplesmente com base em uma faculdade geral de aprender. Não aprendemos tudo através dos mesmos mecanismos. Podemos usar faculdades diferentes de acordo com o que

precisamos aprender. No caso da linguagem, em particular, usamos a faculdade da linguagem, que nos capacita especificamente para falar e compreender o que os outros falam. Segundo Chomsky, essa não é a mesma faculdade que usamos para aprender os sinais de trânsito, por exemplo.

Essa ideia vai de encontro à posição de Putnam, que afirma que pode haver “estratégias de aprendizagem gerais de multipropósito” que são suficientes para explicar nossa aquisição da linguagem. Segundo Chomsky, Putnam não oferece nenhuma base para essa afirmação empírica. Ele argumenta que:

Se nós descobrirmos através de tal investigação que as mesmas “estratégias de aprendizagem” são suficientes para explicar o desenvolvimento de competência em vários domínios, nós teremos razão para acreditar que a afirmação de Putnam é correta. Se nós descobrirmos que as estruturas inatas postuladas diferem caso a caso, a única conclusão racional seria que um modelo de mente deveria envolver “faculdades” separadas, com propriedades isoladas ou parcialmente isoladas (CHOMSKY, 1968: 75).

Chomsky admite que a investigação naturalista não avançou o suficiente para decidir a questão, mas cita alguns estudos que, se não comprovam, pelo menos indicam que a aquisição da linguagem é devida a um mecanismo de aprendizagem específico. Esses estudos, em geral, ressaltam a facilidade com que as crianças aprendem a língua materna e a dificuldade com que elas aprendem outros códigos. Isso parece evidenciar que quando elas aprendem a língua materna, elas estão usando uma faculdade da mente que responde especificamente por aquele tipo de aprendizagem.

Em segundo lugar, a tese de que há uma faculdade da linguagem implica na afirmação de que há uma gramática universal, ou seja, há princípios que determinam as características fundamentais de todas as línguas naturais. A justificativa é a seguinte: se há estratégias de aprendizagem específicas para a aquisição da nossa primeira língua, isso é porque as rotinas envolvidas nessas estratégias devem nos predispor para assimilação da gramática da língua. Acontece que há uma grande diversidade de línguas naturais, mas a faculdade da linguagem deve ser a mesma em toda a espécie humana. Destarte, a mesma faculdade que possibilita que uma criança aprenda alemão, possibilita que outra criança aprenda swahili. Daí, pode-se concluir que todas essas línguas que são aparentemente tão diferentes, em um nível mais profundo de análise, estão

fundadas sobre os mesmos princípios, e são esses princípios que a faculdade da linguagem nos dá por antecipação. São esses princípios que constituem a gramática universal. Tal gramática é, portanto, uma teoria que todo ser humano traz embutida na sua mente e que modela os modos que a linguagem pode assumir. Quando uma criança é exposta a uma língua natural, ela começa a testar sua teoria internalizada. À medida que os dados empíricos confirmam suas hipóteses, ela vai adquirindo domínio sobre a sua língua materna. De acordo com Chomsky, se não fosse assim, aprender a primeira língua seria uma tarefa virtualmente impossível. Ele explica que

A criança se aproxima da linguagem com uma compreensão intuitiva de conceitos envolvendo intenção, causação, objetivo de ação, evento etc; além disso, a criança deve colocar as palavras que são ouvidas em um nexos que é permitido pelos princípios da gramática universal, que fornece o *framework* para pensamento e linguagem, e são comuns às línguas humanas como sistemas que entram em vários aspectos da vida humana (CHOMSKY, 2000: 62).

Desde que Chomsky a propôs, a hipótese da gramática universal teve ampla repercussão entre os estudiosos da linguagem. Como costuma acontecer com ideias novas, houve reações positivas e negativas. Entre os filósofos da linguagem, não foi diferente. Os filósofos externalistas, em particular, nunca aceitaram os argumentos de Chomsky. Quine, David Lewis, Dummett e outros alegaram que atribuir um sistema de regras internalizado a um falante-ouvinte é problemático. O problema seria que, baseado no comportamento do falante, é possível postular infinitas gramáticas diferentes, e seria um movimento indevido dizer que uma delas é verdadeira e as outras falsas.

Chomsky se defende dessa crítica dizendo que o que o linguista faz é “atribuir ao sujeito um sistema específico... e então prosseguirá determinando se essa hipótese é correta ao buscar evidência de uma variedade tão grande quanto possível, incluindo crucialmente evidência de outras línguas...” (CHOMSKY, 2000: 57). Em outras palavras, o que o linguista faz não é diferente do que outros cientistas fazem, a saber, propor uma hipótese e testá-la. Uma vez que uma hipótese adquira amplo respaldo empírico, não pode ser considerado um movimento indevido assumir sua verdade.

Com efeito, os estudos de caso parecem corroborar a hipótese da gramática universal. Em *New Horizons* (p. 121), Chomsky cita um estudo sobre o caso de um homem chamado “Christopher” que tinha uma capacidade prodigiosa para aprender línguas naturais, embora apresentasse um severo *déficit* cognitivo. No estudo, os pesquisadores deveriam lhe ensinar berbere e uma língua artificial projetada para violar certos princípios da linguagem. Como era esperado, Christopher aprendeu berbere com facilidade, mas não conseguiu nada com a língua artificial. A conclusão do estudo foi que Christopher era predisposto a aprender linguagens reguladas por algumas regras específicas, sendo inepto para aprender linguagens moldadas por regras diferentes. As regras que Christopher podia assimilar deviam, por hipótese, pertencer à gramática universal. Além disso, essa capacidade de Christopher parecia mesmo vir de uma faculdade isolada, em nada dependente seja de outras faculdades cognitivas, seja de uma inteligência de multipropósito.

Até agora não há uma descrição completa da gramática universal, mas, segundo Chomsky, a investigação naturalista continua. O procedimento investigativo nesse campo não é diferente do de outras ciências. Uma teoria é proposta e, em seguida, é confrontada com os dados conhecidos sobre as línguas estudadas. Se a gramática de alguma dessas línguas não é compatível com a gramática universal proposta, a teoria tem que ser revista. Como Chomsky explica:

O problema empírico é achar uma hipótese sobre a estrutura inicial rica o bastante para explicar o fato de que uma gramática específica é construída pela criança, mas não tão rica a ponto de ser falsificada pela diversidade conhecida da linguagem (CHOMSKY, 1968: 74).

Em outras palavras, o problema é achar uma gramática com as medidas exatas. Ela não pode ser tão escassa de regras a ponto de tornar inexplicável a competência linguística de uma criança. E tampouco pode ter regras em demasia, pois isso aumentaria o risco de que algumas dessas regras fossem incompatíveis com gramáticas de línguas particulares.

Em todo caso, ao meu ver, o problema de descrever a gramática universal é mais um problema dos linguistas do que dos filósofos. Para os filósofos e, em particular, para a minha tese, o trabalho de Chomsky é importante,

e mesmo essencial, por fornecer argumentos preciosos em favor do internalismo semântico. Esses argumentos aparecem em toda a obra de Chomsky, mas especialmente quando ele discute algumas teses tradicionais da filosofia da linguagem. Entre essas teses, gostaria de destacar duas. A primeira é a tese de que a linguagem é um construto público, uma propriedade de comunidade. A segunda é a tese de que, basicamente, as expressões da linguagem denotam coisas do mundo. Chomsky rejeita essas duas teses. Vejamos quais são seus argumentos.

A posição de Chomsky em relação à primeira tese nos é apresentada por Neil Smith já no prefácio de *New Horizons*. Eis o que ele diz:

Boa parte da tradição filosófica tem focado a linguagem como um construto público do qual os indivíduos têm conhecimento parcial. Esta visão se preocupa com a relação entre linguagem e realidade externa: a relação palavra-mundo que sustenta as teorias padrão de semântica referencial. Em oposição a esta tradição, Chomsky defende em detalhe, e com uma série de análises linguísticas imaginativas, a noção de que o conhecimento da linguagem é individual, interno à mente/cérebro. Segue que o próprio estudo da linguagem deve tratar desse construto mental, uma entidade teórica que ele refere com o neologismo “I-linguagem”, uma propriedade interna de um indivíduo (CHOMSKY, 2000: p. vii).

Essa posição de Chomsky está inteiramente de acordo com o seu nativismo linguístico, de fato é uma consequência dele. Se a linguagem que eu falo é produzida pela minha faculdade de linguagem, então obviamente ela é minha linguagem individual, é uma propriedade privada, não pública. Ela se origina dentro de mim, é um estado de minha faculdade de linguagem. E assim é com toda a espécie humana. A linguagem não é algo que esteja fora dos indivíduos. Cada indivíduo tem a sua linguagem. Cada criança que aprende uma língua está, na prática, recriando essa língua a partir de seus próprios recursos internos. Em vista disso, a rigor, não há nenhuma linguagem pública, nada que se possa chamar de “Português”, por exemplo, algo externo que uma comunidade de falantes compartilha. O que existe é o Português do João, o Português do José etc. Línguas individuais com uma quantidade suficiente de similaridades para que João e José se entendam.

Como Neil Smith ressalta na citação acima, essa posição é francamente antagônica à posição filosófica majoritária. A ideia de que a linguagem é algo público está presente em toda a história da filosofia analítica. De

fato, esse foi um dos pressupostos do movimento analítico. Por que os analíticos fizeram da análise da linguagem a tarefa fundamental da filosofia? Porque se pressupunha que a linguagem, diferentemente de conceitos e ideias, é pública e, por isso, pode ser tratada objetivamente. Supostamente, o filósofo poderia analisar a linguagem sem precisar considerar o que se passa internamente com as pessoas enquanto elas usam a linguagem. A eleição da linguagem como objeto privilegiado de análise do filósofo, dado o seu caráter público, claramente atendia às necessidades antipsicologistas de filósofos como Frege e Wittgenstein.

Mas, para além das motivações antipsicologistas dos primeiros tempos, é muito intuitivo pensar na linguagem como uma propriedade compartilhada por uma comunidade. Os filósofos que pensam assim alegam que, se a linguagem não fosse um construto público, a comunicação seria impossível. Se as pessoas não compartilhassem uma linguagem, elas simplesmente não se entenderiam. A ideia é que as pessoas que falam português, por exemplo, se entendem, ou pelo menos podem se entender, porque possuem uma linguagem comum. Indivíduos que não falam português não entendem uma pessoa que só fala português porque não compartilham uma linguagem com essa pessoa.

Para Chomsky, porém, a publicidade da linguagem ou dos significados não é necessária para explicar a possibilidade de comunicação. Ele provoca as pessoas que defendem a tese de que a linguagem é pública dizendo que elas deveriam também postular a necessidade de uma “pronúncia pública”, o que não fazem. Segundo ele, “a única ‘estrutura compartilhada’ de modo geral entre humanos (possivelmente) é o estado inicial da linguagem. Além disso, nós podemos esperar apenas aproximações...” (CHOMSKY, 2000: 30). Para ele, essas aproximações são tudo o que precisamos para poder nos comunicar.

De acordo com a análise chomskyana, quando duas pessoas crescem juntas em determinado ambiente, suas faculdades de linguagem vão recebendo os mais diversos *inputs*, e alguns deles são bastante similares. Dessa forma, apesar dessas pessoas desenvolverem I-linguagens diferentes, elas são capazes de interpretar o que cada uma diz com base nas suas próprias computações internas. Segundo Chomsky, nós criamos os nossos próprios significados e assumimos que os significados dos outros são iguais aos nossos. Em outras palavras, nós atribuímos aos outros as construções de nossas próprias mentes. É assim que duas pessoas podem se entender com base apenas em suas linguagens individuais, sem

que precisem compartilhar uma linguagem comum. Para Chomsky, quando se diz que duas pessoas falam a mesma língua, isso nunca é literalmente verdade, essas pessoas na realidade falam apenas línguas parecidas. Essa proximidade basta para explicar como a comunicação entre elas é possível.

Mas a ideia de uma linguagem pública é adotada não só para explicar como as pessoas se entendem, mas também para explicar como as pessoas aprendem uma linguagem. Uma linguagem pública é uma linguagem externa. Não é propriedade de um indivíduo, mas de uma comunidade. Por essa mesma razão, aprender uma linguagem seria assimilar algo que vem de fora.

Para Chomsky, porém, aprender uma língua não significa assimilar uma estrutura externa. Não é necessário postular a existência de uma língua como português, por exemplo, para que faça sentido dizer que um indivíduo X está aprendendo português. Na opinião de Chomsky, supor que uma pessoa que está aprendendo português está se aproximando de uma entidade imaginária não esclarece nada. Essa é uma forma não científica de falar sobre a linguagem. Para ele, esses modos de falar ordinários não devem ser invocados para esclarecer a questão de como uma pessoa chega a dominar uma língua.

De acordo com o ponto de vista chomskyano, o domínio de uma nova língua é determinado pela nossa faculdade de linguagem. O que adquirimos de fora não é uma língua, mas experiências apropriadas que acionam nossa faculdade de linguagem. Essa, por sua vez, cria nossa própria língua individual, como, por exemplo, nosso português individual. E mesmo as experiências que acionam nossa faculdade de linguagem só se tornam apropriadas porque são moldadas pelos recursos inatos da mente/cérebro, ou seja, são interpretadas individualmente, de acordo com nossa I-linguagem. Por isso é preciso investigar a anatomia da mente e as I-linguagens individuais. Somente numa I-linguagem uma palavra tem valor semântico. Se nós divorciarmos um termo das propriedades que ele tem numa I-linguagem particular e acreditarmos que sua referência é fixada numa linguagem pública comum, de acordo com Chomsky, nós fazemos um movimento que vai além dos limites do naturalismo, em outras palavras, nós fazemos um movimento injustificado.

De qualquer modo, os filósofos que tratam a linguagem como uma coisa pública acham que dessa forma estão enfocando o aspecto fundamental da linguagem, a saber, seu aspecto social. Para eles, a linguagem é uma propriedade

da comunidade e não dos indivíduos. Essa propriedade é caracterizada por um comportamento linguístico uniforme dos membros da comunidade. Para que alguém venha a assimilar a linguagem dessa comunidade, basta observar esse comportamento. Com efeito, é isso que Quine sugere quando narra a estória do “linguista de campo”.

Segundo Quine, se um linguista quer aprender uma língua completamente desconhecida, ele não precisa de nenhuma distinção do tipo analítico/sintético, tampouco precisa analisar nenhuma evidência psicológica. Ele pode aprender a língua através do contato direto com os falantes, e a única coisa que ele precisa observar em sua pesquisa é o comportamento linguístico desses falantes.

Ao analisar esse exemplo de Quine, Chomsky começa chamando a atenção para o fato de que a expressão “linguista de campo” não pode se referir àqueles que realmente trabalham com linguística. A expressão mais parece ter um caráter normativo, designando o tipo de linguista que se ajustaria ao holismo e ao behaviorismo quineanos. Segundo Chomsky, o *approach* internalista é o que os cientistas seguem na prática para o estudo da linguagem. Estudos sociolinguísticos podem ser feitos e são externalistas por definição, mas não é isso que explica como a linguagem é adquirida, compreendida e usada.

Ademais, Chomsky discorda do preceito de que o linguista pode usar evidência linguística, mas não evidência psicológica. Ele afirma que essa, como outras restrições que se querem impor ao linguista só “refletem uma forma de dualismo, uma insistência em que nós não devemos tratar o domínio do mental” (CHOMSKY, 2000: 140). E continua dizendo que, se o linguista tivesse de se adequar a estreiteza terminológica de Quine, seria melhor abandonar a linguística. Para ele, é um fato natural que o cérebro apresenta certas propriedades quando nós construímos sistemas de regras e coisas assim. Simplesmente não faz sentido vetar o estudo desse fato.

De forma semelhante, Chomsky critica Dummett quando este diz que linguagem é uma “prática que aprendemos dos outros e é constituída por regras que seguimos de acordo com o costume social” (Idem, *ibidem*: 48). Também de acordo com essa perspectiva, a linguagem seria independente de qualquer falante particular. Os falantes particulares teriam apenas uma apreensão parcial de uma linguagem (tal como inglês ou japonês). Chomsky argumenta que na prática

empírica o conceito de linguagem dummettiano é inútil. Segundo ele, “o conceito de linguagem que Dummett considera essencial envolve elementos sociopolíticos, históricos, culturais e normativo-teleológicos complexos e obscuros” (Idem, *ibidem*: 49). Entre esses elementos estão os conceitos de “mal uso da linguagem”, “norma” e “comunidade”. Tais conceitos, na opinião de Chomsky, não são bem definidos. Quando se diz, por exemplo, que X segue uma regra se e somente se X se ajusta à prática ou às normas da comunidade, a palavra “comunidade” não acrescenta nada aqui, ele observa. Sem posteriores especificações, o uso da palavra deixa a análise vácuca. Segundo ele, se alguém segue ou não o que nós chamamos de “normas da comunidade” ou “prática social” é com base na sua I-linguagem internalizada (cf. CHOMSKY, 2000: 72).

Destarte, o que realmente deve ser investigado é a faculdade de linguagem e seu estado inicial. É dela que provém o nosso conhecimento da linguagem. São os fatores sociais envolvidos no uso da linguagem que devem ser interpretados à luz de uma teoria da faculdade de linguagem, não o contrário. O estado inicial da linguagem não depende do costume social. A experiência fixa algumas opções que o estado inicial deixa em aberto, mas uma vez que isso é fixado, as escolhas futuras podem ser feitas sem nenhum recurso à prática social.

Essas, em suma, são as principais críticas que Chomsky faz à tese de que a linguagem é um construto público. Vejamos agora o que ele fala a respeito da tese de que as expressões da linguagem denotam coisas do mundo.

Na tradição analítica, os filósofos sempre tiveram a ambição de explicar a relação entre linguagem e mundo sem a necessidade de postular uma mediação baseada nos estados e processos mentais dos falantes. As noções fregianas de *Sinn* e *Bedeutung* tinham exatamente a função de fundamentar uma explicação desse tipo. Com base nelas, é possível desenvolver uma semântica livre dos germes do psicologismo. Pode-se dizer efetivamente que, nos primeiros tempos da filosofia analítica, todos os filósofos que procuravam explicar a propriedades semânticas da linguagem estavam interessados numa semântica externalista. E é esse tipo de semântica que é o alvo das mais contundentes críticas de Chomsky. A questão é colocada nos seguintes termos:

Uma boa parte da filosofia contemporânea da linguagem lida com alegadas relações entre expressões e coisas, às vezes explorando intuições sobre as noções técnicas ‘denotar’, ‘referir’, ‘verdadeiro de’, etc, que dizem se manter entre expressões e algo mais. Mas não pode haver nenhuma intuição sobre essas noções [...] Estes são termos técnicos do discurso filosófico com um sentido estipulado que não tem nenhuma parte na linguagem ordinária; é por isso que Frege teve que providenciar um novo significado técnico para “Bedeutung”, por exemplo (CHOMSKY, 2000: 130).

O que Chomsky denuncia aqui é a artificialidade da noção de *denotar*, e de outras noções similares. Quando ele diz que não pode haver intuições sobre essas noções, ele está falando do tipo de intuição utilizada na pesquisa empírica, ou seja, do tipo de intuição que advém da observação e da experimentação. Com efeito, as noções técnicas mencionadas acima não são baseadas na observação de fenômenos empíricos. De acordo com Chomsky, alguém pode escolher trabalhar com a hipótese de que expressões denotam coisas do mundo, mas tal hipótese não é justificada em termos empíricos. A noção de *denotar* tem um significado estipulado. Ela se baseia em intuições matemáticas, não em intuições empíricas. Desse modo, ela pode até muito bem integrar o aparato conceitual de uma teoria normativa, mas nunca poderá ser adequadamente introduzida em teorias que objetivam descrever e explicar o que efetivamente acontece na prática da linguagem. Em particular, ela não pode ser a noção chave de nenhuma teoria que vise explicar a natureza e o papel das feições semânticas das palavras, pelo menos não enquanto as palavras são consideradas em seu uso ordinário.

Chomsky admite que as teorias que nós criamos podem se orientar pelo ideal fregiano de uma linguagem pública com fórmulas bem formadas e uma semântica baseada na noção de *denotar*, e talvez essa busca por sistemas fregianos seja uma propriedade da nossa faculdade de formar ciência. No entanto, isso não nos diz nada sobre a linguagem natural (cf. CHOMSKY, 2000: 131).

Para explicar como funciona a linguagem natural, segundo Chomsky, é preciso observar, em primeiro lugar, que as palavras possuem feições de dois tipos: feições fonéticas e feições semânticas. Ele afirma que “nós [Chomsky e seus partidários] consideramos as feições semânticas S de uma expressão E o seu significado e as feições fonéticas P o seu som” (Idem, Ibidem: 125). Tudo o que as palavras fazem (inclusive os nomes próprios) é oferecer as suas feições para que sejam interpretadas pelos falantes. Dessa forma, é com os falantes que as palavras se relacionam, não com o mundo, pelo menos não diretamente.

Certamente, as feições semânticas fornecidas pela palavra podem dar ao falante condições para que ele refira coisas no mundo, mas isso já é o resultado do processamento dessas feições pelo falante. Chomsky afirma o seguinte:

Nós temos juízos intuitivos a respeito de expressões e das perspectivas e pontos de vista particulares que elas fornecem para interpretação e pensamento. Além disso, nós podemos seguir estudando como essas expressões e perspectivas entram nas várias ações humanas, tais como referimento. Passando disso, nós entramos no reino do discurso técnico, privado de juízos intuitivos (Idem, *ibidem*: 40).

Dessa forma, fica claro que, do ponto de vista chomskyano, a semântica externalista estava condenada ao fracasso desde o início. Uma correta explicação das propriedades semânticas da linguagem tem que ser uma explicação de como as feições semânticas das expressões são processadas internamente pelos falantes. Em outras palavras, a única explicação satisfatória para os fenômenos da linguagem deve ser uma explicação internalista.

Chomsky salienta que o estudo das propriedades semânticas de uma palavra deve se assemelhar ao estudo de suas propriedades fonéticas, quer dizer, o que importa são as interpretações que essas propriedades determinam. Segundo ele:

Palavras são interpretadas em termos de fatores como constituição material, *design*, uso característico e pretendido, papel institucional etc. Coisas são identificadas e atribuídas a categorias em termos de tais propriedades (Idem, *ibidem*: 15).

Nessa perspectiva, o que se faz com uma palavra sempre depende de como ela é interpretada e sempre há mais de uma forma de se fazer isso. Interpretações diferentes surgem quando aspectos diferentes das feições fornecidas pela palavra são enfocados. Suponhamos, por exemplo, que Pedro e João peguem exemplares de *Guerra e Paz* numa biblioteca. Uma pergunta que se pode levantar aqui é: eles pegam o mesmo livro ou livros diferentes? Essa pergunta, não obstante, pode ser respondida de mais de uma forma. Tudo depende da propriedade semântica que é enfocada quando interpretamos a palavra “livro”. Podemos focar as propriedades materiais ou o componente abstrato. Seja como for, somos nós que escolhemos um foco. A palavra “livro” em si não refere nada. Um livro não tem propriedades de identidade em virtude de sua constituição

interna, mas “em virtude do modo como as pessoas pensam, e dos significados dos termos nos quais estes pensamentos são expressos” (Idem, *ibidem*: 16). Desse modo, uma semântica internalista parece mesmo o único modo de explicar como uma palavra pode ser usada para falar de algo no mundo. Ela só pode ser usada assim porque nossa mente é dotada de algoritmos que interpretam as feições semânticas da palavra e fazem com que tenhamos certas ações. Com efeito, Chomsky acentua que “as propriedades semânticas das palavras são usadas para pensar e falar sobre o mundo em termos das perspectivas disponibilizadas pelos recursos da mente” (Idem, *ibidem*). A investigação naturalista da mente deve esclarecer como esses recursos são aplicados, esclarecendo também dessa forma como a linguagem nos possibilita executar ações tais como referir e falar sobre o mundo.

A pergunta sobre a referência de uma palavra não faz sentido se não levamos em conta as feições semânticas que nós usamos quando pensamos e falamos a palavra. Segundo Chomsky, “em geral, uma palavra, mesmo a mais simples, não identifica uma entidade do mundo, ou de nosso ‘espaço de crenças’” (Idem, *ibidem*: 17). A ideia chave aqui é que a função básica das palavras é fornecer *inputs* para sistemas da mente. A função de referir não é uma função que possa ser exercida pela palavra em si, independentemente do processamento interno dos falantes. É essa mesma ideia que vai fundamentar a proposta de explicação do uso de nomes próprios que apresentarei na parte final deste trabalho.

Para Chomsky, o fato central sobre a linguagem não é que ela é usada para representar o mundo. Para ele:

Linguagem natural consiste de computações internalistas e sistemas de *performance* que as acessam juntamente com muitas outras informações e crenças, executando suas instruções de modos particulares para nos capacitar a falar e nos comunicar, entre outras coisas (CHOMSKY, 2000: 132).

O fato central sobre a linguagem é que ela nos permite expressar nossas representações internas e interpretar as representações das outras pessoas. Com isso, adquirimos certas perspectivas que usamos para moldar e enxergar o mundo a nossa volta. Essas perspectivas influenciam até o *status* das coisas nomeáveis. Uma coisa sob um certo ponto de vista pode se tornar uma coisa

diferente sob um ponto de vista diferente. Chomsky afirma que “o que é uma coisa, e assim o que a coisa é, depende de configurações específicas de interesses humanos, intenções, fins, e ações” (Idem, *ibidem*: 137). Para ele, “termos tais como *Londres* são usados para falar sobre o mundo atual, mas não há e não é crível que haja coisas-no-mundo com as propriedades dos intrincados modos de referência que o nome encapsula” (Idem, *ibidem*: 37). Com isso, ele quer dizer que não existe uma Londres independentemente das perspectivas que adotamos quando usamos o nome “Londres”. Na verdade existem várias Londres, e todas dependem de perspectivas individuais. Londres pode ser tanto uma entidade administrativa como um conjunto de edificações, uma coletividade de seres humanos, um ponto em um mapa etc.

Chomsky dá vários exemplos da complexidade semântica das palavras, querendo com eles mostrar que:

Um item lexical nos fornece um domínio de perspectivas para ver o que nós consideramos as coisas no mundo, ou o que nós concebemos de outros modos; estes itens são como filtros ou lentes, provendo modos de ver as coisas e pensar sobre os produtos de nossas mentes. Os termos em si não referem, pelo menos se o termo referir é usado em seu sentido na linguagem natural; mas as pessoas podem usá-los para ver as coisas, vê-las de pontos de vista particulares (Idem, *ibidem*: 36).

Nesse sentido, uma das questões mais importantes para a pesquisa naturalista internalista sobre a linguagem é a de esclarecer como nossa faculdade de linguagem influencia nossa representação do mundo, ou seja, como nosso modo de interpretar itens lexicais determina nosso modo de ver as coisas. Segundo Chomsky, todos os itens lexicais, vale dizer, todas as palavras têm propriedades semânticas e só podem ser usadas se essas propriedades forem interpretadas pelos falantes. Esse é o caso até mesmo dos demonstrativos e dos nomes próprios. Ele afirma que:

As observações se estendem para os elementos referenciais mais simples e para aqueles referencialmente dependentes [...] ou para nomes próprios, que têm ricas propriedades semântico-conceituais derivadas em grande parte de nossa natureza, com alguma contribuição da experiência. Algo é nomeado como uma pessoa, um rio, uma cidade, com a complexidade de compreensão que acompanha essas categorias. A linguagem não tem nenhum nome logicamente próprio despido dessas propriedades; deve-se tomar cuidado com o que Peter Strawson chamou “o mito do nome logicamente próprio” (STRAWSON, 1952: 216) na linguagem natural, e outros mitos semelhantes

concernentes a indexicais e pronomes. Nós podemos pensar sobre nomeação como uma espécie de ‘feitura de mundos’, em algo como o sentido de Nelson Goodman (1978), mas os mundos que nós fazemos são ricos e intrincados e substancialmente compartilhados graças a uma natureza complexa compartilhada (Idem, *ibidem*: 181).

Em suma, quando trata da denotação e da referência de uma palavra, Chomsky se distingue dos externalistas pelo fato de enfatizar dois pontos: 1. quando X compreende a palavra W, X faz uso de suas propriedades; 2. as propriedades podem incluir I-som (feições fonéticas) e I-significado (feições semânticas) e, se é assim, o último tem um papel em determinar o que X refere quando usa a palavra W (cf. Idem, *ibidem*: 187).

Naturalmente os externalistas tentam se defender e voltar a carga contra Chomsky, criticando as suas opiniões. Em *New Horizons*, as críticas que são discutidas mais extensamente são aquelas feitas por Putnam.

Putnam insiste que o uso da linguagem é regulado por fatores externos, nomeadamente feições do mundo e regras de comunidade. São, portanto, esses fatores que o filósofo deve considerar para explicar o funcionamento da linguagem. Desse modo, para Putnam, uma semântica externalista é não só justificada como necessária. Por outro lado, alusões aos estados psicológicos dos falantes não são requeridas para elucidar questões semânticas. O que ele chama de “mentalismo do MIT”, movimento no qual Chomsky é incluído, estaria assentado em premissas psicologistas equivocadas.

Putnam considera que as teses básicas do mentalismo do MIT foram refutadas quando ele demonstrou que a referência é determinada em parte pela “divisão do trabalho linguístico” e em parte pela “contribuição do ambiente”, ambos fatores externos. Tal demonstração é baseada em alguns exemplos, entre eles o exemplo da Terra Gêmea, que examinei no capítulo 1. De acordo com esses exemplos, quando alguém dá um nome *n* a uma substância *S*, essa pessoa está nomeando algo que tem certas propriedades essenciais. Dessa forma, *n* fica sendo o nome de toda substância que tem as propriedades essenciais de *S*. É possível, porém, que uma substância *S'* tenha as mesmas propriedades fenomenológicas de *S*, não tendo, porém, suas propriedades essenciais. Dessa forma, *n* identificará *S*, mas não *S'*. O problema é que só um especialista será capaz de distinguir as duas substâncias e, por conseguinte, só ele poderá dizer qual delas pode ser chamada de *n*. Nesse sentido, o significado de *n* depende do trabalho do especialista. Numa

comunidade de linguagem, há portanto aqueles que produzem significados com base em seu conhecimento da natureza das substâncias e espécies, e há aqueles que consomem e reproduzem os significados que outros definiram. Em suma, há uma divisão do trabalho linguístico. Com base nisso, pode-se concluir que os aspectos semânticos da linguagem são externamente determinados e não internamente, como defende Chomsky.

De fato, para Putnam, Chomsky está errado não só em fazer uso da fala mentalista. Seu uso da neurociência para esclarecer questões semânticas também seria inadequado. Segundo ele, por exemplo, a neurociência pode descobrir a configuração que é formada no cérebro quando nós usamos a palavra “gato”, mas isso não teria nenhuma relevância para esclarecer o significado de “gato”. Em seu modo de ver, do estudo do cérebro, nada pode ser aprendido sobre a noção de *significado*.

Chomsky analisa os argumentos de Putnam e mostra que eles não refutam a visão internalista da linguagem. Em relação à utilização da neurociência, ele observa que a análise do cérebro no nível da descrição das suas configurações neurais não é mesmo suficiente para esclarecer questões sobre as propriedades semânticas das palavras. Entretanto, quando essa análise é combinada com uma análise dos aspectos computacionais e representacionais do cérebro, muitas questões a respeito de nosso uso das propriedades semânticas da linguagem podem ser elucidadas.

Outrossim, e com maior variedade de argumentos, Chomsky rechaça a ideia fundamental do externalismo de Putnam, a ideia de que a cooperação social seja o critério para a determinação da referência de uma palavra. Embora admita que a explicação de Putnam é convincente para certas circunstâncias, Chomsky afirma que no argumento da Terra Gêmea, “nós não podemos ter nenhuma intuição sobre a questão” porque os termos “extensão”, “referência” etc são inovações técnicas que significam o que os seus inventores dizem que elas significam (cf. CHOMSKY, 2000: 148). Ele insiste que a teoria de Putnam “poderia contribuir para especificação de referência somente se houvesse alguma noção coerente de ‘referência’” (Idem, ibidem: 41). Não obstante, em sua opinião, não é possível dar uma formulação coerente para uma relação R’ que supostamente se mantém entre expressões e coisas e está divorciada de condições e circunstâncias particulares de referência (cf. Idem, ibidem: 42).

Chomsky argumenta que o exemplo da Terra Gêmea é deficiente ainda que concordemos em trabalhar com a hipótese de que as palavras denotam. Ele reclama que a constituição química não é o único fator que leva alguém a chamar um líquido de água. O líquido que vem da torneira tipicamente é chamado de “água”, o que teve um saco de chá mergulhado nele tipicamente é chamado de chá. Pode ser que ambos os líquidos tenham exatamente a mesma constituição química, e pode ser que alguém chame um de “água” e o outro de “chá”, mesmo sabendo disso. Na perspectiva de Chomsky, o uso científico da palavra “água” não é mais legítimo do que o uso do senso comum. Pessoas diferentes podem ter critérios diferentes para chamar algo de “água” e nenhum critério é melhor ou mais correto que o outro. Com efeito, Chomsky afirma que:

Se, por exemplo, Maria acredita que há água em Marte, e lá é descoberto algo que ela vê como água embora tenha uma constituição interna de água pesada ou XYZ, não há nenhuma resposta geral para a questão se a crença dela é correta ou errada (CHOMSKY, 2000: 190).

Além disso, ele observa que não é claro a qual linguagem pertence o enunciado “água é H₂O”. À linguagem ordinária ou à da ciência? O termo “água” é um termo da linguagem ordinária, mas o termo “H₂O” é um termo da Química. Para Chomsky, se não há clareza sobre a linguagem à qual o enunciado pertence, não é possível fazer nenhuma afirmação sobre o seu *status*.

Um outro ponto em que Chomsky discorda de Putnam é em relação à forma de definir a relação de *referir*. Putnam afirma que *referir* é uma relação triádica (a pessoa X refere o objeto Y com o sinal S), onde Y é um objeto do mundo.

Chomsky começa atacando a ideia de que Y deve ser um objeto do mundo. Ele argumenta que já que as pessoas usam a palavra “Chinês” para se referir à língua de Pequim, então este deveria ser um objeto real do mundo, mas, para ele, esse objeto não existe. Além disso, pela perspectiva chomskyana, a relação de referir é pelo menos tetrádica (X refere Y com a expressão E sob circunstâncias C) e Y não precisa ser um objeto real do mundo ou ser tido como tal por X. Segundo ele:

A pessoa X usa a expressão E com suas propriedades semânticas intrínsecas para falar do mundo a partir de certas perspectivas intrincadas, focando

atenção sobre aspectos particulares dele, sob circunstâncias C, com a ‘localidade de conteúdo’ que elas induzem (Idem, *ibidem*: 150).

Depois de mostrar a deficiência da argumentação de Putnam, Chomsky ainda considera a tese de que a noção de *denotar*, ou pelo menos a noção de *referir*, é necessária para explicar as condições da verdade e da falsidade dos enunciados da linguagem. O que os defensores dessa tese alegam é que um enunciado só pode ser considerado verdadeiro se ele descreve ou representa de alguma forma um fato ou um estado de coisas existente. Além disso, supõe-se que um enunciado só pode representar um fato se suas partes denotam partes do fato. Essa era uma das ideias centrais do atomismo lógico de Wittgenstein e Russell, e continua sendo uma ideia influente em toda a filosofia da linguagem de estilo analítico.

Chomsky responde essa alegação ao mostrar que podemos falar que um enunciado é verdadeiro mesmo quando alguns dos seus termos são desprovidos de denotação. Como vimos, por exemplo, de acordo com Chomsky, a afirmação “Chinês é a língua de Pequim” é verdadeira, mas não há nenhuma coisa no mundo que corresponda à palavra “Chinês”. Para Chomsky, a verdade de um enunciado depende da interpretação que fazemos das palavras que o compõem, não do pretense fato de que elas referem coisas no mundo. Depende, assim, em primeiro lugar, de fatores internos, não de fatores externos.

Juntamente com esse, todos os argumentos reproduzidos nos últimos parágrafos, em última análise, caracterizam a posição de Chomsky em relação à tese de que as palavras denotam coisas do mundo. Esses argumentos têm uma mensagem comum que pode ser expressa nos seguintes termos: as palavras não apontam para as coisas do mundo, elas apenas abrem janelas; as pessoas que olham por essas janelas é que apontam, se assim desejarem. Essa mensagem é enfatizada toda vez que Chomsky lembra que as palavras têm propriedades semânticas que devem ser interpretadas pelos falantes para que eles possam utilizá-las. É, portanto, como fornecedoras de informação que Chomsky, em primeiro lugar, caracteriza as palavras, e não como instrumentos de apontar para o mundo. Esse modo de conceber a função precípua das palavras não exclui, obviamente, os nomes próprios. Também eles são fornecedores de informação.

Essa aplicação específica do internalismo semântico de Chomsky dá uma contribuição essencial para a tese que defendo neste trabalho.

Há ainda um último tópico da teoria chomskyana da linguagem que merece ser destacado aqui. É o tópico que trata do modo como o sistema de linguagem se articula com outros sistemas da mente. Alguns pontos desse tópico já foram mencionados anteriormente, mas nesse momento quero chamar a atenção para alguns detalhes que me ajudarão a justificar a proposta que apresentarei no próximo capítulo. Para começar, consideremos a seguinte passagem de *New Horizons*:

Há boa evidência de que a faculdade da linguagem tem pelo menos dois diferentes componentes: um 'sistema cognitivo' que armazena informação de alguma maneira, e um sistema de *performance* que faz uso dessa informação para articulação, percepção, falar sobre o mundo, fazer perguntas, contar piadas etc (CHOMSKY, 2000: 117).

Aqui Chomsky apresenta o esquema geral da arquitetura computacional da nossa faculdade de linguagem. Ela é baseada em um sistema cognitivo e em um sistema, ou melhor, em vários sistemas de *performance*. O sistema cognitivo é responsável pelo nosso conhecimento da linguagem, vale dizer, por nossa competência linguística. Já os sistemas de *performance* são responsáveis pelo uso que fazemos da linguagem, ou seja, por nossas habilidades linguísticas.

Esses sistemas de *performance* podem ser classificados em dois tipos: o articulatório-perceptual, responsável pelos sons das palavras, e o conceitual-intencional, que está envolvido em tarefas de interpretação, expressão de crenças e desejos, referência e narração de histórias, entre outras.

Chomsky chama a atenção para o fato de que mesmo quando o sistema de *performance* é prejudicado, por exemplo, em virtude de um acidente, o sistema cognitivo pode permanecer ileso. Ainda assim, eles são integrados. O sistema cognitivo da faculdade de linguagem troca informações com os sistemas de *performance* constantemente, tanto lhes fornecendo *outputs*, como deles recebendo *inputs*. Esse intercâmbio entre o sistema cognitivo e os sistemas de *performance* é o que permite à faculdade de linguagem gerar uma I-linguagem.

As expressões da linguagem fornecem informações tanto para o sistema articulatório-perceptual quanto para o conceitual-intencional. No primeiro caso, a informação é uma representação fonética. No segundo caso, a informação tem uma natureza mais controversa. Pode-se falar em pensamento, conceito, representação ou mesmo em imagem. Chomsky prefere chamar essas informações de “feições” ou “propriedades semânticas”. Ele argumenta que a investigação naturalista nos leva a concluir que “há um procedimento gerador que ‘tritura’ expressões linguísticas com suas propriedades de *interface*, e sistemas de *performance* que acessam essas instruções e são usados para interpretar e expressar os pensamentos de alguém” (CHOMSKY, 2000: 29).

Essa caracterização chomskyana da arquitetura da mente é de central importância para mim porque meu modelo computacional do uso dos nomes próprios possui uma estrutura que corresponde a elementos dessa arquitetura. Com efeito, no meu modelo, um nome próprio, a exemplo das outras palavras, é tratado como uma fonte de informação para nossos sistemas de processamento de linguagem. Além disso, a tarefa de armazenar essa informação é realizada por um algoritmo diferente daquele que responde a pergunta “Quem é X?”, para um nome próprio X dado. Essa distinção aparentemente está fundada na distinção entre sistema cognitivo e sistemas de *performance*. Outras aproximações entre as ideias de Chomsky e a minha proposta ficarão claras ao longo dos próximos capítulos.